

Estado quer repassar escolas de primeiro grau aos municípios

por Cynthia Malta
de São Paulo

São Paulo, região que concentra o maior grau de riqueza do País, é o estado onde os municípios apresentam a menor oferta de matrículas para pré-escola e primeiro grau - este último equivalente aos antigos níveis primário e ginásial.

Enquanto em Pernambuco, Rio, Ceará, Rio Grande do Sul, Paraná e Bahia os governos municipais respondem por mais de 40% das matrículas de primeiro grau, as prefeituras paulistas, com exceção da capital, cuidam de apenas 2% das vagas abertas ao ensino básico.

Esses dados fazem parte de amplo levantamento feito pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo com o objetivo de mostrar a prefeitura, empresários, professores e pais de alunos a situação delicada na qual se encontra a estrutura da rede pública paulista - que conta atualmente com 6,7 mil escolas, 6,6 milhões de alunos e emprega 426 mil funcionários.

O secretário da Educação, Carlos Estevam Martins, responsável pelo estudo, observa que a Constituição Federal é clara quando diz que os municípios deverão cuidar "prioritariamente" do ensino pré-escolar e fundamental, que inclui os antigamente chamados primário e ginásial, ou primeiro grau, conforme denominação atual. Ele lembra ainda que após a promulgação da Constituição de 1988 a renda dos municípios cresceu significativamente e, portanto, as prefeituras têm condições de direcionar 25% - parcela mínima da receita de impostos a ser aplicada na atividade de ensino, segundo exigência constitucional - ou mais na manutenção de escolas de primeiro grau.

O estudo da secretaria avaliou a capacidade financeira de cada um dos 625 municípios paulistas e a demanda por escolas em cada cidade. Considerou que um aluno custa em média US\$ 300 ao ano. E não incluiu nos cálculos os gastos com a merenda, de US\$ 40 por aluno ao ano, que continuaria sendo paga pelo governo estadual.

A conclusão é de que 180 prefeituras podem atender de 50% a 99% dos alunos de primeiro grau, e o conjunto de todos os 625 municípios poderiam absorver 57% da rede pública, começando pela pré-escola até o primeiro grau. Existe um grupo de 25 cidades, mais ricas, com capacidade de absorver 100% da demanda local e, ainda, alunos de cidades vizinhas. Paulínia, por exemplo, considerada uma das maiores receitas do estado poderia atender a 270% da demanda.

"Cidades ricas como São Bernardo do Campo, Guarulhos e outras poderiam tranquilamente cuidar dos alunos de primeiro grau e desafogar o estado para investir em melhores escolas de segundo grau, universidades e centros de pesquisas. Mas a população não sabe disso e não se mobiliza", diz o secretário. O desconhecimento também é de alguns prefeitos que, quando informados da situação, ficam surpresos, pois imaginavam que a obrigação municipal estaria limitada à pré-escola.

Segundo dados da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), enquanto a rede estadual paulista possui 4.129 escolas de primeiro grau, a rede municipal tem apenas 370. O número de unidades pré-es-



Carlos Estevam Martins

colares nos municípios é maior, com 2.389 escolas.

"São Paulo poderia em princípio ter escolas públicas em igual nível ou superior a escolas públicas dos Estados Unidos, França, Inglaterra e Itália. Não temos porque a sociedade é apática e a mentalidade paternalista faz todo mundo bater na porta do governo estadual", diz o secretário Carlos Estevam Martins, responsável pelo estudo.

Martins, que reassumiu há pouco tempo pela segunda vez a secretaria, diz que o governo paulista está destinando 50,63% de sua cota-parte do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) - em março a receita foi de pouco mais de US\$ 700 milhões para pagar, basicamente, a folha de funcionários ativos e inativos nas áreas de educação, cultura, ciência e tecnologia. "Não podemos gastar mais do que estamos gastando", garante o secretário.

Propor aos municípios que assumam a responsabilidade de administrar a rede de ensino de primeiro grau é apenas uma das três propostas que Estevam Martins tem para racionalizar a rede estadual - que nos últimos anos também tem absorvido alunos que saíram de escolas particulares em razão do encarecimento das mensalidades. "Estamos também propondo um regime de parcerias com empresas", disse.

Esse regime, explicou, pode se dar de duas formas: na doação de equipamentos e material escolar até orientação pedagógica, a exemplo do que vem fazendo a Câmara Americana de São Paulo. "Eles estão cuidando de três escolas em Taboão da Serra (cidade próxima à capital). Estão financiando cursos para professores e acompanhando os alunos com aplicação de testes. "O rendimento dos alunos melhorou muito e não foi preciso gastar muito dinheiro. A questão é que tem alguém prestando atenção, dando atenção a professores e alunos. É isso o que acontece quando a sociedade civil participa", diz o secretário. Ele já proferiu palestra sobre o assunto na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e nos próximos dias deverá falar aos associados do Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE).

A terceira proposta está sendo feita aos professores. A ideia é de que um grupo de professores forme uma associação, ou consórcio, e administre a escola por meio de um contrato firmado com o governo estadual e os pais de alunos. O estado enviaria mensalmente um valor por aluno e a associação cobriria as despesas das escolas e retiraria os seus salários também dessa quantia mensal.